

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 13 dias do mês de dezembro de 1997, na sede social da Associação Paulista de Magistrados, na rua Dom Diniz, nº 29, Jardim Lusitânia, São Paulo, às 11:00 horas, em segunda chamada, instalou-se a Assembléia Geral Extraordinária, convocada pela Presidência em razão de requerimento formulados por alguns associados, para discussão dos vencimentos da magistratura, organização judiciária e reforma constitucional. Abertos os trabalhos pelo Presidente Des. Viana Santos, de pronto foi convidado a compor a mesa o Des. Dirceu de Mello, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente eleito do mesmo Tribunal para o biênio 98/99. Ao fazer uso da palavra, o Des. Dirceu de Mello ressaltou que se fazia presente à Assembléia na condição de associado e observador, e que não se posicionaria sobre as questões que viessem a ser abordadas por razão ética já que o atual Presidente do Tribunal de Justiça se encontrava no pleno exercício de seu mandato. Segundo ordem de inscrição, um a um vários dos presentes se manifestaram sobre a situação financeira aflitiva pela qual passam os juízes mais novos e aqueles que não estão recebendo as chamadas *diferenças*. Ao final dos debates, foram aprovadas por aclamação as seguintes propostas: 1) Redefinição da organização judiciária do Estado, adotando-se a divisão das comarcas em **inicial**, **intermediária** e **final**, sendo esta última inclusive para cidades do interior; 2) A transformação dos cargos de Juiz Auxiliar da Capital em Titulares da Capital; 3) Incorporação dos Tribunais de Alçadas ao Tribunal de Justiça, com a transformação dos atuais cargos de Juiz de Alçada em Desembargador; 4) Aumento do número de cargos nos Tribunais e o fim dos cargos de Substitutos de Segundo Grau; 5) Pagamento de auxílio moradia; 6) Pagamento de diárias nos mesmo valores que são pagos aos membros do Ministério Público, inclusive quando ocorrer acumulação de Vara; 7) Pagamento de gratificação pelo exercício de função de Corregedoria permanente e diretoria do Fórum; 8) pagamento dos dias de compensação; 9) Designação de juízes para sentenciar para outras Vara em razão da necessidade do serviço, com o correspondente pagamento de diárias; 10) Pagamento de auxílio mudança em valor compatível com as despesas realizadas; 11) Pagamento de gratificação pelo desempenho de atividade junto aos Juizados Especiais; 12)

Pagamento antecipado de férias e licença prêmio, quando a urgência da situação assim recomendar; 13) Criação junto ao Tribunal de Justiça de *departamento* encarregado de intermediar doações para a instalação de Varas de forma a preservar os juízes das Comarcas em razão de mediadas jurisdicionais que venham adotar contra o poder público local; 14) O encaminhamento pela Presidência do Tribunal de Justiça à Assembléia Legislativa do Estado de proposta de emenda constitucional adotando a eleição direta do Conselho Superior da Magistratura, sanando-se, assim, eventual inconstitucionalidade em relação ao projeto em tramitação naquela Casa; 15) Modificação, por resolução do Tribunal de Justiça, dos atuais critérios de promoção por merecimento. Foram aprovadas ainda as seguintes moções: a) ao Supremo Tribunal Federal para que tomem medidas concretas visando a correção dos seus vencimentos e conseqüentemente a elevação do *teto constitucional*; b) às Diretorias da APAMAGIS e AMB, bem como ao Membros do Conselho Superior da Magistratura e Vices-Presidentes do Tribunal de Justiça eleitos para o biênio 98/99; c) à atual Diretoria da APAMAGIS pelo trabalho desempenhado na gestão 97/98. Foi proposto ainda, e aprovado por aclamação, o envio de cumprimentos pela posse da nova Diretoria da AMB, marcada para o próximo dia 19. Finalizando, o Des. Dirceu de Mello pediu a palavra para agradecer a oportunidade que teve de ouvir as reivindicações dos juízes e que desde logo estará analisando cada uma delas. Ao se retirar para outro compromisso, foi saudado por todos os presentes. Nada mais havendo a discutir, pelo Presidente Des. Viana Santos foi encerrada a presente Assembléia Geral Extraordinária, cuja ata foi por mim _____, Álvaro Augusto dos Passos, Secretário Geral da APAMAGIS, lavrada.